

Secretário revê decisão de anular concurso

O Secretário de Saúde, Augusto Carvalho, decidiu rever a decisão de anular o concurso de Residência Médica para os hospitais do Distrito Federal, exceto Hospital Universitário de Brasília, e esperar a investigação do Ministério Público. "Os indícios de irregularidade são fortes e me fizeram inclusive declarar a intenção de anular a prova", afirmou o secretário.

Na tarde de terça-feira, o secretário recebeu uma comissão de médicos e estudantes de medicina pedindo o cancelamento da prova. O motivo principal eram três questões de ginecologia e obstetrícia, que seriam idênticas a outras aplicadas em simulado pela Escola Superior de Ciências da Saúde (ECSC). Antes de serem atendidos pela Secretaria de Saúde, cerca de 50 médicos e alunos de Medicina da Universidade de Brasília (UnB), Universidade Católica de Brasília (UCB) e Faculdade de Medicina do Planalto (Faciplac), se reuniram na UnB e organizaram a reivindicação.

O grupo alegou também que houve problemas durante a aplicação do exame, no último domingo, sob a responsabilidade da Empresa Paulista Edudata Informática. A empresa foi con-

tratada pela Secretaria de Saúde após o cancelamento do concurso para Residência Médica realizado no ano passado. Os candidatos denunciam que fizeram a prova em salas superlotadas. Além disso, cada sala teria começado a prova em um horário diferente e não teria sido exigida a identificação dos candidatos, item obrigatório segundo o edital.

Os alunos que vieram de outras regiões do País para fazer a prova em Brasília também estão reclamando. "Naturalmente, recebemos reclamação dos candidatos que vieram de longe para realizar o exame", afirmou Carvalho. Mas o secretário assegura que novos procedimentos serão adotados para garantir maior segurança nos próximos concursos.

Em nota de esclarecimento, a Edudata garante que os portões do local da prova (alas Norte e Sul) foram fechados simultaneamente no horário previsto. A empresa afirma também que, por falha da zeladoria do prédio, teve problemas de acomodação em algumas salas. Quanto às três questões, caso fique comprovada fraude, a Edudata propõe a sua anulação e a atribuição da pontuação a todos os candidatos.